Universidade Federal do Amapá
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia
Disciplina: Fundamentos da Filosofia
Educador: João Nascimento Borges Filho

Teorias de Verdade - Brevíssima Introdução

Paulo Ghiraldelli Jr

Universidade Estadual Paulista (UNESP - Marília)

Introdução

Há um filósofo vivo que eu julgo que, ao lado de outros também vivos como Habermas, Davidson e Derrida, é um dos mais brilhantes da atualidade. Tal filósofo acredita que a filosofia já falou demais sobre a verdade. Esse filósofo chama-se Richard Rorty. Trata-se de um norte-americano que disse o que disse não à toa. A antiga hegemonia de um tipo específico de filosofia analítica nos departamentos de filosofia nos Estados Unidos, às vezes pouco preocupada com questões práticas de ação política democrática, foi talvez o que mais motivou Rorty, nos últimos quarenta anos, a criar o lema "antes esperança do que conhecimento". Penso que ele assim fez mais para fustigar aqueles filósofos que, preocupados demais com questões restritas, haviam se esquecido de que John Dewey e Bertrand Russell foram não só bons filósofos técnicos mas, antes de tudo, polemistas sociais em favor de causas democráticas visando o futuro.

Pensando nisso, não tomo o que Rorty escreve ao pé da letra quando ele insinua que a discussão sobre a verdade é infrutífera. Ainda continuo achando, mais ao lado de Donald Davidson do que de Rorty, que a discussão filosófica técnica sobre a verdade é um tema importante, senão para todos, pelo menos para os filósofos e professores de filosofia. Eu não sou filósofo. Sou professor de filosofia. E como tal eu falarei, hoje aqui, sobre o tema das teorias de verdade.

Quando estou falando aos meus alunos, e não aos meus colegas, costumo começar a conversar sobre a verdade a partir das acepções diferentes

http://www2.unifap.br/borges

que esse termo ganha dependendo da língua em que ele é pronunciado. Afinal, as nossas acepções comuns de verdade dependem muito dessas acepções que emergem de diferenças lingüísticas (cf. Chauí, 1994, pp. 98-99)

Em grego, verdade é *aletheia.* Quando dizemos *aletheia* estamos nos referindo ao não-oculto ou ao que não está dissimulado. *Aletheia* é o oposto de *pseudos*, que é justamente o escondido, o que está dissimulado. Não importa aqui se é o "olho do corpo" ou o "olho do espírito" que está olhando. O que importa aqui é que ambos, quando estão *vendo* o verdadeiro, estão diante de algo evidente próprio das coisas. A verdade está nas coisas. Dizer a verdade é dizer a verdade do que está na realidade manifestada, e não na realidade que não se manifesta, oculta, a que engana.

Agora, em latim, verdade é *veritas*. Quando dizemos *veritas* estamos nos referindo à exatidão de um relato, ou ao grau de exatidão de um relato. Não se trata aqui da verdade como uma qualidade das coisas, mas do quanto uma narrativa é acurada, exata, pormenorizada. Estamos aqui no âmbito exclusivo da linguagem, e um relato é veraz se ele enuncia pormenorizadamente e exatamente os fatos reais. Há o relato falsificado, mentiroso, e há o relato verdadeiro.

Em terceiro lugar, digo aos meus alunos que eles não podem se esquecer de que em hebraico verdade se relaciona com a palavra *emunah*. E tal palavra se refere ao que foi pactuado, para o presente ou para o futuro. Trata-se de uma palavra que tem a ver com a esperança, com a confiança, com a ideia de que o que se combinou ou o que se espera, vá mesmo acontecer. Verdade, aqui, então, tem a ver com o pacto histórico e/ou político, é claro, mas tem a ver também com a profecia.

Digo isso aos meus alunos para eles perceberem que a nossa concepção de verdade, no nosso cotidiano ocidental hoje, tem a ver com essas três formas das línguas mais antigas, e que impregnam o modo como se dá o nosso comportamento lingüístico e o nosso pensamento, hoje em dia, quando falamos de verdade. Mas digo isso, também, para introduzir meus alunos de filosofia ou de pedagogia não apenas na noção de verdade, mas na discussão das *teorias de verdade*.

Teorias de Verdade

http://www2.unifap.br/borges

As teorias de verdade podem ser postas em duas classes básicas: de um lado, as teorias tradicionais de verdade, ou seja, as teorias *substantivas* de verdade; de outro lado, as teorias *minimalistas* de verdade (cf. Blackburn & Simmons, 1999, pp. 1-29).

As teorias tradicionais ainda são defendidas, é claro, mas hoje é mais popular adotarmos uma das versões das teorias minimalistas. Quem não é minimalista hoje, em algum sentido, não raro é visto como meio que senil, nos bons departamentos de filosofia dos países mais avançados. Talvez amanhã o jogo vire, mas por enquanto, ser minimalista significa estar em uma situação melhor, mais "na moda". Vou falar das teorias tradicionais e, depois, mais brevemente, sem os inúmeros detalhes que isso implicaria, das teorias minimalistas.

As teorias substantivas ou tradicionais da verdade são basicamente quatro: a teoria da correspondência, a teoria da coerência, a teoria pragmatista e a teoria da verificação ideal (cf. Ghiraldelli Jr., P., 2000a). Considerando que *X* é uma frase, uma declaração, um pensamento ou uma proposição (a discussão sobre isso iria longe, e aqui, por razões de tempo, eu vou eliminar essa parte, que pode ser encontrada em *Theories of Truth* (Kirkham, 1995)), e que o símbolo *sse* (*iff*) é o "se e somente se", então essas quatro teorias podem ser expressas assim:

1. Teoria da Correspondência: X é verdadeiro *sse* X corresponde a um fato;
2. Teoria da Coerência: X é verdadeiro *sse* X é um membro de um conjunto de crenças coerente internamente;
3. Teoria Pragmatista: X é verdadeiro *sse* X é útil de se acreditar;
4. Teoria da Verificação Ideal: X é verdadeiro *sse* X é provável, ou verificável em condições ideais.

Tentarei, então, explicar cada uma delas da forma mais resumida que posso e, enfim, também, expor algumas objeções básicas a cada uma delas. Espero que o esforço de concisão não prejudique o entendimento.

A *teoria da correspondência* vem da definição de Aristóteles: "dizer do que é que ele é, ou dizer do que não é que ele não é, é a verdade". Ora, ninguém nega isso. Nem os tradicionalistas, nem os minimalistas e muito menos o senso comum. Mas o problema é que tal fórmula, quando analisada

http://www2.unifap.br/borges

filosoficamente, não passa pelo crivo de muitas indagações. Ela é simples, aparentemente, mas está cheia de problemas. Vejamos.

A teoria da correspondência parece aos não filósofos inabalável. Ela diz "X é verdadeiro *sse* X corresponde a um fato". Com fatos positivos, a teoria parece funcionar. Por exemplo, se digo: "há um urso dentro desta sala em que estamos", então temos um fato. O fato é: *há um urso dentro desta sala*. Se aplicarmos a fórmula da teoria da correspondência temos: "'há um urso dentro desta sala' se e somente se há um urso dentro desta sala". O enunciado X 'há um urso dentro desta sala' corresponde ao fato *há um urso dentro desta sala*. Mas vejamos se a teoria da correspondência funciona com fatos negativos, por exemplo. Eu digo: "não há um urso dentro desta sala". Nossa equação fica o seguinte: "'não há um urso dentro desta sala' é verdadeiro se e somente se *não há um urso dentro dessa sala"*.

Ora, aparentemente a coisa é a mesma, mas se olharmos mais de perto, não é. Pois, afinal, o fato *há um urso dentro desta sala* me informa diretamente algo, o que legitimaria a correspondência entre fato e enunciado. Mas *não há um urso dentro desta sala* me informa o que, afinal? Qual é o *fato*, nesse caso? Estou dizendo que há cadeiras na sala e não um urso? Estou dizendo que só há cadeiras na sala cheia de elefantes? Estou dizendo que há gente e não urso? Estou dizendo que tenho uma sala completamente sem móveis, sem gente e sem urso? Ou simplesmente estou dizendo que esta sala é uma Arca de Noé mas esqueceram do urso? Em outras palavras, quando tenho algo que seria um fato negativo, como dizer que X corresponde a um fato, como quer a teoria correspondentista? A que *fato* a expressão linguística "não há um urso dentro desta sala" corresponde? Não sabemos.

O enunciado parece como um carro onde você pisa no acelerador mas ele apenas patina, não nos levando a lugar algum. O mesmo acontece se falarmos em fatos gerais, ou em fatos hipotéticos etc. Ou seja, a definição do que é um fato, do que é uma correspondência, quando olhados filosoficamente, estouram com a definição da verdade como correspondência. A teoria correspondentista da verdade vai para o espaço.

Isso nos leva a questionar a nossa própria noção de *fato*. Afinal, o que é um fato? Quando definimos fato, dizemos: fato é o que realmente acontece, ou, fato é o que é verdadeiro, ou o que corresponde à verdade etc. Então, é fácil

http://www2.unifap.br/borges

ver, que estamos caindo em um círculo: para definirmos a verdade como correspondência a fatos temos de omitir que acabamos de definir fato utilizando da ideia de verdade como correspondência a fato. Como não podemos esquecer isso, não podemos omitir isso, somos então, facilmente, conduzidos a ver que estamos em um círculo. Um círculo, em teoria, não nos leva a nada.

Em outras palavras, se estamos comparando coisas heterogêneas, ou seja, de um lado algo que é lingüístico – uma expressão, um enunciado, uma frase etc. – e de outro lado algo que não é lingüístico – o fato –, estamos comparando coisas heterogêneas. Então, estamos em uma tautologia. Só saímos da tautologia se admitirmos que estamos falando de algo que não é heterogêneo. Ou seja, podemos ser idealistas lingüísticos ou fisicalistas, mas, ainda assim, o primeiro problema dos fatos negativos, gerais, hipotéticos etc., perdura. A teoria da correspondência pode caminhar tranqüila para várias pessoas, mas não para os filósofos, e não para os professores de filosofia que lêem os filósofos e/ou pensam um pouco sobre isso. Os filósofos atuais que adotam algum tipo de correspondentismo, o fazem através de uma tecnologia lingüística e lógica sofisticadíssima, como é o caso de Dummett.

A *teoria da coerência* pode ser apresentada como uma saída para os problemas do correspondentismo. O que diz tal teoria é que o erro da teoria da correspondência é justamente querer comparar coisas heterogêneas. Isto é, de um lado temos coisas linguísticas e de outro coisas não linguísticas. "X" é algo lingüístico, e o que chamamos de "fato" é algo não-lingüístico. A teoria da coerência diz que isso não tem sentido, que temos de comparar coisas da ordem de enunciados com coisas da ordem de enunciados, crenças com crenças e assim por diante. Todavia, desde Quine, pelo menos, não se trata de fazermos isso caso a caso, frase por frase. Isso se aplica, dizem os coerentistas, de um modo holístico, levando em consideração sistemas de enunciados ou sistemas de crenças, ou seja, uma teoria, um "vocabulário" como diz Rorty, ou um "campo de força" como disse Quine.

Em outras palavras: a verdade, na teoria coerentista como ela se apresenta atualmente, não é um predicado que se aplica a frases ou crenças isoladas, mas se aplica a conjuntos de frases, conjuntos de crenças em um todo, um sistema. Assim, um sistema de crenças é dito coerente quando seus

http://www2.unifap.br/borges

elementos são consistentes uns com os outros em uma rede de crenças, e quando eles estão dispostos de certa maneira que detém um tipo específico de simplicidade capaz de provocar a intelecção racional normal. Dessa forma, o sistema todo e cada um de seus elementos são verdadeiros – a verdade é a propriedade de se pertencer a um sistema harmoniosamente coerente de crenças ou enunciados.

O que é esse sistema? Um sistema de crenças pode ser um campo de crenças harmonioso, uma teoria (científica), uma narrativa (científica ou histórica) ou, até mesmo, toda uma linguagem. Quine deu força a essa versão do coerentismo dizendo que nós não entendemos algo dito pela ciência ou pela história de modo isolado – e por isso nem poderíamos falar em verdade e falsidade. Leis físicas ou descrições históricas são aprendidas e compreendidas e são parte de uma largo corpo de conhecimentos que tem sua própria trama (cf. Quine, 1995).

Mas o que conta contra a teoria coerentista da verdade, mesmo na versão sofisticada de Quine, é que ela parece nos conduzir ao relativismo. Susan Haack, uma peirciana brilhante, consegue levar para o campo do relativismo as teses de Quine (cf. Haack, 1998, pp. 150-153). Resumindo ao máximo: o que se faz contra o coerentismo é dizer que conhecemos vários conjuntos harmoniosos de crenças muito bem estruturados, mas que nós não estaríamos dispostos a gastar uma gota de saliva em favor deles em uma discussão. São coerentes, mas nós não temos a coragem de chamá-los de verdadeiros, porque em nada eles nos convencem de falar de alguma realidade. Se o coerentismo abre a guarda para o relativismo, ele não seria uma solução para as falhas do correspondentismo, pois no limite ele tece o tapete do ceticismo. Ora, o ceticismo é exatamente a figura contra a qual a filosofia tem sua guerra permanente, dado que o cético, *grosso modo*, é o que fala sobre a impossibilidade do conhecimento verdadeiro.

Foi contra essa abertura da teoria da coerência diante do relativismo e do ceticismo que James e Dewey resolveram filosofar. E para tal eles colocaram na jogada o que veio a se chamar de *teoria pragmatista da verdade*. Mas aqui, a argumentação é especial, e temos de prestar muito a atenção pois, como diz Hilary Putnam, o grande pragmatista de Harvard, nada há de mais deturpado pelos outros filósofos do que a teoria de James (cf. Putnam, 1995). O que

http://www2.unifap.br/borges

James e Dewey disseram? Eles falaram o seguinte. As teorias de verdade que temos não são ruins, o que falta é falarmos em *condições de verdade*. Assim, a teoria pragmatista nasceu com o intuito menos de ser uma teoria e mais com a perspectiva de encontrar regras de conduta para quem procura o verdadeiro. Assim, eles procuraram falar menos em correspondência ou coerência, e falar mais sobre a ideia de que qualquer teoria da verdade deve levar em conta a noção de *experiência*.

Vejam, não se trata aqui de experiência somente como experimento, nem se trata aqui de experiência como experiência sensível. Trata-se de experiência no sentido mais amplo possível: experiência de vida, experiência psíquica, experiência de um povo ou de um tempo, e também experiência científica, de laboratório. Então, cada homem ou mulher que quer saber da verdade, deve olhar para a experiência, ou seja, deve olhar para a conduta dos bípedes sem penas. E é mais útil de se acreditar em um enunciado sobre o qual temos consenso do que sobre um enunciado que não possui defensores, que está longe do consenso daqueles que julgamos razoável. E isso é o pragmatismo de James.

A verdade está mais próxima, James diz, quando as experiências conduzem a um maior consenso. Uma frase que está mais próxima do consenso nos leva a colocar as fichas nela; mas uma frase que está mais distante do consenso nos faz, de modo a seguir o que é mais útil, a nos afastar dela. É nesse sentido específico que a verdade é o útil (cf. Ghiraldelli Jr., 2000a, p. 49).

Dewey, na mesma ideia de procurar como rastro da verdade o consenso, elaborou sua noção de assertibilidade garantida (*warranty assertibility*). Ele pensou na verdade como o predicado de enunciados ou frases que podem ser de alguma forma assegurada; frases que foram frutos de ações controladas. Após controle e experiência, pode-se emitir frases consensuais sobre a experiência realizada. O controle sobre tais ações produz o consenso sobre algumas frases, e estas, então, recebem um selo de garantia.

Peirce, antes de Dewey, e de modo semelhante a outros mais adiante, fez uma versão mais estreita do que essa. Peirce, diferentemente de James e Dewey, pensou a experiência de modo mais restrito. Ela a viu como *experimento*. Quando ele falava em experiência controlada ele estava

http://www2.unifap.br/borges

pensando mais em experimento sob domínio laboratorial. Então, são enunciados verdadeiros, para Peirce, aqueles que, se referindo a certas observações, podem receber o consenso de uma comunidade de *experts*, que estão lidando com a experiência imaginando-a em um limite ideal.

Ora, nos três casos, também há objeções. Não estou aqui me referindo as várias objeções que, ao longo da história, se fizeram contra o pragmatismo, de qualquer um, principalmente o de James, por puro preconceito. Sabe-se o quanto um filósofo paga, na filosofia, por vir de uma colônia e não da metrópole. Estou aqui me referindo a objeções válidas. Quais? A mais simples: a noção de experiência do pragmatismo, tanto quando a noção de práxis para o marxismo, são noções pouco definíveis, pouco palpáveis e, enfim, estão a meio caminho do que exige o empirismo que foi crescendo na medida em que entramos o século XX. Dewey, James e Peirce, no fundo, nunca conseguiram dar critérios para seus critérios. Eles falavam que o critério para perseguir a verdade era a experiência, mas eles não conseguiam dizer o que era *mesmo* a experiência.

Esse problema foi solucionado quando os filósofos começaram a deixar de lado a experiência, a observação da experiência, e vieram a observar comportamentos mais fáceis de serem mensurados, como o caso do comportamento lingüístico. Ou seja, quando passamos pela virada lingüística (*linguistic turn*) de modo mais claro, mais abrangente, então começamos a avançar para teorias da verdade de ordem ao mesmo tempo pragmáticas e lingüísticas que adiantaram muito o trabalho dos filósofos. E nesse contexto que saímos das teorias tradicionais, quase todas elas de fundo epistemológico e metafísico, e passamos para teorias que se envolveram com a semântica, e puderam romper com uma boa parte da epistemologia e com boa parte da metafísica (cf. Rorty, 1967)

Teorias Minimalistas

As teorias minimalistas são *todas* do campo semântico. Mas elas diferem entre si ora por passos bem visíveis ora por sutilezas só perceptíveis para quem tem uma formação filosófica técnica, nas áreas de lógica, semântica e, enfim, filosofia da linguagem. Não vou poder fazer aqui o que gostaria, que seria expor a teoria deflacionista, a teoria da redundância, a teoria semântica de Davidson etc. Vou me ater somente à ideia básica do minimalismo.

http://www2.unifap.br/borges

Não penso que com isso eu esteja apenas criando um artifício didático. Há filósofos, como Paul Horwich, por exemplo, diferentemente de Davidson, que acreditam que as teorias deflacionárias de um modo geral são apenas sofisticações e desenvolvimento de um minimalismo específico, a teoria da redundância (cf. Horwich, 1998; cf. Davidson, 1990), que apareceu nos *insights* do filósofo Frank Ramsey, um gênio matemático que morreu antes de completar trinta anos.

Não poderia dizer que tudo que se fez no campo minimalista ou, pelo menos, no campo deflacionário é apenas desdobramento de ideia de Ramsey. Mas, se endosso Horwich, é porque creio que Ramsey é o pai da ideia básica do deflacionismo (cf. Ghiraldelli Jr., 2000b).

O deflacionismo, como o próprio nome está dizendo, é o movimento onde cabem os filósofos adeptos de teorias da verdade que dessubstantivam a verdade. Isto é, que desessencializam a verdade ou, no limite, que retiram da verdade qualquer carga metafísica. A perspectiva deflacionista nega que há uma questão como esta, a saber: "qual é a natureza da verdade?". O filósofo deflacionista diz que a verdade não é uma propriedade "real", ou "robusta", ou uma propriedade metafisicamente interessante. Chega a dizer, inclusive, que a verdade não é, absolutamente, um predicado. Os deflacionistas mantêm que a concepção de verdade é "redundante", isto é, o que falamos sobre a verdade é algo puramente formal. Como eles fazem isso, do ponto de visto da técnica filosófica?

Os deflacionistas dizem o seguinte: se eu digo a expressão "é verdadeiro que dois e dois são quatro" ou a "expressão "é verdadeiro que nada é importante além do amor", eu estou dizendo nada mais nada menos que "dois e dois são quatro" e "nada é importante além do amor". A palavra "verdadeiro" está presente nas frases por uma questão de *performance* da linguagem. Por vários motivos, que não cabe aqui estudar, dizemos "é verdadeiro" junto como certas frases *apenas* por uma questão de estilo retórico que nos ajuda na performatividade das nossas frases, ou seja, na melhoria da funcionalidade de nosso discurso, na melhoria da adequação comunicativa de nosso discurso. Assim, a *verdade* e o *verdadeiro*, para os deflacionistas, pertencem não ao campo metafísico, mas sim ao campo da pragmática da linguagem.

Vou formalizar isso da seguinte maneira:

http://www2.unifap.br/borges

1. se falo que "é verdade que *p*", estou dizendo, de um modo mais eficaz, mais enfático, até talvez mais econômico, apenas "*p*";
2. assim, o termo "verdade" não cabe no templo metafísico, mas cabe tão somente na rua quotidiana dos usos da linguagem.

Escrevi em um livro chamado *Filosofia da Educação e Ensino* (Ghiraldelli Jr., P. 2000b), na esteira do professor Simon Blackburn, que isso é a "escada de Ramsey". Do que se trata?

A imagem da escada é a seguinte: na base da escada podemos dizer "*p*", no primeiro degrau podemos dizer "é verdadeiro que *p*", no segundo degrau da escada podemos colocar "está na ordem do universo que é verdadeiro que *p*" e assim por diante. Nos últimos degraus (se é que isso tem fim) poderíamos florear a frase ao máximo de acordo com a performance linguística que desejamos.

Um deflacionista, então, acredita que do ponto de vista do que poderíamos encontrar de substancial nas frases que são postas nos degraus da escada, a perspectiva do topo da escada é a mesma que a perspectiva da base da escada. Se há alguma diferença entre topo e base, ela não é uma diferença substantiva ou metafísica, mas *apenas* uma diferença retórica (cf. Ghiraldelli Jr., 2000b).

Conclusão

Tudo isso, para o filósofo, é algo que se basta por si mesmo. Ou seja, trata-se de uma discussão da filosofia. Uns acham que isso não é uma discussão técnica, que a filosofia é acessível a todos. Eu não acho. Eu acho que uma fala como a minha tem a pretensão de ser acessível a todos, mas ainda assim ela carrega um discurso técnico, que depende das pessoas terem transitado pela filosofia academicamente.

Além do mais, uns acham que essa discussão não tem a ver com as áreas aplicadas da filosofia, como é o caso da filosofia do direito, da filosofia da educação etc.. Quem pensa assim está enganado. Ninguém escutaria um professor se seus alunos desconfiassem de que o que o professor fala não é verdade. Portanto, o aluno tem uma noção de verdade que, em princípio, para além de razões sociológicas, o faz ficar atento ou não à aula do professor. O que a filosofia da educação faz aí, nesse caso? Ora, ela discute então quais

http://www2.unifap.br/borges

teorias podem estar na sustentação da noção de verdade que está, explícita ou implicitamente, sendo usada (conscientemente ou não pelo professor - isso não importa) para legitimar a aula. Nesse caso, o que eu falei até aqui é filosofia, é claro, mas olhada por esse angulo, é filosofia da educação. Afinal, eu sou daqueles que não consigo endossar essa distinção rígida entre filosofia e filosofia da educação que temos na cultura brasileira.

Obrigado!

Paulo Ghiraldelli Jr

Jardim Acapulco, Marília, São Paulo

Este texto corresponde à aula ministrada em concurso para o cargo de professor titular em filosofia da educação, no dia 24 de abril de 2001, sob a avaliação da banca composta pelos professores doutores: Nilo Odália (UNESP-Araraquara). Nadja Hermann (UFRGS), Dermeval Saviani (UNICAMPI), Tarso Mazzotti (UFRJ) e Carlos Roberto Jamil Cury (UFMG, PUC-MG e membro do Conselho Nacional de Educação

Bibliografia

Blackburn, S. and Simmons. *Truth.* Oxford: Oxford University Press, 1999.

Chauí, M. *Convite à Filosofia.* São Paulo: Ática, 1994.

Davidson, D. The Structure and Content of Truth. *The Journal of Philosophy*, volume LXXXVII, number 6, June 1990.

Ghiraldelli Jr., P. *Filosofia da Educação e ensino – perspectivas neopragmáticas*. Ijuí: Unijui, 2000b.

————. *O que é preciso saber em Filosofia da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000a.

Haack, S. *Manifesto of a Passionate Moderate*. Chicago: Chicago University Press, 1998.

Horwich, P. *Truth*. Oxford: Clarendon Press, 1998.

Kirkham, R. L. *Theories of Truth – A Critical Introduction*. Massachusetts: MIT Press, 1995.

Putnam, H. *Pragmatism – a open question*. Cambridge: Blackwell, 1995.

Quine, W. V. *Filosofia e linguagem*. Trad. João Sáágua. Porto: Edições ASA, 1995.

Rorty, R. *The Linguistic Turn*. Chicago: The University of Chicago Press, 1967.

http://www2.unifap.br/borges